

REDES SOCIAIS, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E SINDICALISMO RURAL

A EXPERIÊNCIA DA *CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO* ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA DA MATA MINEIRA*

ANA PAULA TEIXEIRA DE CAMPOS
FÁBIO FARIA MENDES

RESUMO *Em Araponga, na Zona da Mata de Minas Gerais, agricultores familiares vem realizando uma experiência singular de acesso a terra, por eles chamada de Conquista de Terras em Conjunto. A experiência consolidou-se com o passar dos anos e ampliou o número de famílias com acesso a terra. Este artigo analisa como laços estabelecidos por relações de parentesco e vizinhança se articularam com o Movimento da Boa Nova (Mobon) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), servindo de base para reforçar imperativos éticos e de solidariedade e gerar novas formas de organização, como a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e outros novos espaços institucionais.*

PALAVRAS-CHAVE *Redes sociais; Conquista de Terras em Conjunto; Comunidades Eclesiais de Base; Sindicato de Trabalhadores Rurais.*

ABSTRACT *At Araponga in the Zona da Mata of Minas Gerais, small family farmers have been conducting a unique experiment for access to land, called by them of Conquering Land Together. Over the years this experiment got stronger and increased the number of families with access to land. In relation to that this article examines how ties to kinship and neighborhood help to engage on associative organization as the Movimento da Boa Nova (Mobon) and the Basic Ecclesial Communities (BECs), strengthening solidarity and ethical principles leading to the institution of new associative organization as the Rural Labour Union (STR) and other institutional spaces.*

KEY WORDS *Social networks; Conquering Land Together; Basic Ecclesial Communities; Rural Labour Union.*

* O presente trabalho é uma versão atualizada do capítulo 4 da dissertação de mestrado em Extensão Rural, "Conquista de Terras em Conjunto: redes sociais e confiança – A experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga (MG)", 2006 (UFV), e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes).

INTRODUÇÃO

No município de Araponga, na Zona da Mata de Minas Gerais, uma experiência de compra de terras denominada pelos próprios agricultores familiares de Conquista de Terras em Conjunto consolidou-se com o passar dos anos e ampliou o número de famílias com acesso a terra. Nesse esquema, uma área é comprada e dividida entre os novos pequenos proprietários e cada um fica com um lote de acordo com suas condições de pagamento. Os lotes individuais variam, em média, de 1 a 6 hectares. A experiência teve origem na família Lopes em 1977 e sua ampliação para além do círculo familiar foi a partir da incorporação de amigos conhecidos nos encontros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essa iniciativa também contou com o suporte de agentes externos e sua institucionalização ocorreu em 1989, quando passou a ser coordenada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga (STR), que administra um Fundo de Crédito Rotativo para a compra de terra. Até 2005, quando os dados foram fechados durante a pesquisa de dissertação de mestrado, 110 famílias já tinham conquistado o seu pedaço de terra, totalizando 498 hectares. Na última tabulação dos dados, em 2010, feito pelo STR, o número de famílias que adquiriram terra subiu para 161, totalizando 702,3 hectares.

Este artigo busca mostrar como foi importante, inicialmente, para o grupo participar dos cursos do Movimento da Boa Nova (Mobon) e dos encontros de CEBs, que serviram de base para reforçar os imperativos éticos e de solidariedade entre esses agricultores. Mesmo com o declínio na participação das reuniões de CEBs atualmente, o envolvimento inicial possibilitou ao grupo gerar outras formas de organização associativa, incorporando novos membros e criando ou participando de outros espaços e instituições.

Para termos uma visão geral da história da Conquista de Terras em Conjunto, elaboramos sua cronologia com datas e acontecimentos mais importantes. No decorrer de sua

institucionalização, a experiência contou para a sua ampliação não apenas com parentes e amigos envolvidos nos encontros de CEBs, mas também com a articulação de outros atores e instituições. Como, por exemplo, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM),¹ o qual tem como baliza de atuação a agroecologia, que, segundo os próprios agricultores, despertou ainda mais o desejo de possuírem terra própria para poder diversificar a produção e realizar práticas agroecológicas em suas propriedades; da própria criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da Fundação Ford,² que, a partir de trabalhos realizados com o CTA-ZM, disponibilizou recursos para a criação de um fundo de crédito rotativo gerado pelos próprios agricultores.

Em seu trabalho, Geertz (1962) faz uma análise sobre o papel desempenhado pelas associações de crédito rotativo em vários países da África e Ásia, e conclui que, apesar de significativas diferenças na maneira em administrarem as associações, todas têm em comum o fato de não serem apenas instituições econômicas, mas estreitamento da solidariedade nas comunidades e vilas. Smets (2000), em outro estudo sobre associações de crédito rotativo entre agricultores na Índia, também ressalta a importância dessas associações, que permitem aos participantes terem acesso ao crédito, o que era impossível em instituições convencionais financeiras, como bancos. Segundo esse autor, outro aspecto importante nas associações de crédito rotativo é que sua dinâmica é determinada por fatores sociais, culturais, confiança e reputação.

Dessa forma, o que podemos constatar, a partir de outros exemplos e do caso em estudo, é que, na formação de associações de crédito rotativo, a busca e disseminação de informações acerca da confiabilidade dos outros é de fundamental importância. Redes de relações oferecem mecanismos de coleta e fluxo de informações relevantes, que são decisivos, simultaneamente, para selecionar os participantes, monitorar seu comportamento e discipliná-los. A presença de redes de relações na formação e

1 Organização de assessoria, criada em 1987 por profissionais de ciências agrárias e lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais da Zona da Mata, com sede em Viçosa (MG).

2 A partir de uma sugestão da Fundação Ford, o CTA-ZM incluiu em um projeto dotação de recursos para a criação de um Fundo de Crédito Rotativo para a conquista de terras, a ser gerido pelo STR.

3 Dilemas de ação coletiva emergem em situações em que a cooperação entre os indivíduos é necessária à provisão de bens públicos, mas em que inexistem mecanismos institucionais de coordenação e monitoramento. A literatura sobre recursos comuns tem demonstrado que arranjos informais de monitoramento e sanções contra oportunismo definidas pelos próprios atores podem ser eficazes para evitar tais dilemas (OSTROM, 1990).

manutenção de Associações de Crédito Rotativo é essencial para superar *dilemas de ação coletiva*.³

Através das entrevistas foi possível descrever como o Fundo de Crédito Rotativo foi criado e é gerenciado. Como bem mostra a literatura sobre associações de crédito rotativo, estes diferem na forma e na finalidade. No caso de Araponga, o fundo rotativo foi criado para um fim específico, a compra de terras. Seu sucesso tem, no entanto, estimulado os agricultores a utilizar mecanismos de crédito rotativo para outros propósitos, como a compra de um trator, por exemplo.

Na conquista de terras, a partir de critérios estabelecidos pelo grupo, só pode recorrer ao fundo de crédito quem ainda não possui terra, mesmo os que possuem uma pequena área e desejam aumentá-la. O empréstimo deve ser pago em até dois anos e o valor também é calculado ao equivalente em arrobas de café. Após a criação do fundo de crédito, os agricultores passaram a exigir nota promissória. Anteriormente, a garantia dos empréstimos era feito apenas com a palavra empenhada. Atualmente, o STR continua sendo o coordenador da experiência, mas a administração do Fundo de Crédito Rotativo passou para a responsabilidade da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar Solidária (Ecosol). A seguir, a cronologia com os principais acontecimentos que envolve a Conquista de Terras em Conjunto:

- 1977 – 1ª compra entre os irmãos Lopes.
- 1979 – Início dos trabalhos das CEBs na região.
- 1987 – Fundação do CTA-ZM.
- 1989 – Fundação do STR e 1ª compra coletiva.
- 1994-1995 – Elaboração dos “Dez mandamentos”.
- 1995 – O CTA-ZM toma conhecimento da experiência.
- 1997 – Projeto enviado à Fundação Ford.
- 1998 – Criação do Fundo de Crédito Rotativo.

Como procuraremos demonstrar, o sucesso da experiência foi resultado da capacidade de seus membros em ampliar as suas redes de relações e reforçar as preexistentes, como as de parentesco, vizinhança e compadrio, e fundamentalmente por tratar-se de uma experiência de auto-organização desenvolvida pelos próprios agricultores. Este artigo é dividido em três partes: a primeira reconstitui a gênese da experiência e sua relação com a trajetória de algumas famílias de agricultores; a segunda contextualiza o surgimento das CEBs na Igreja católica, o trabalho do Mobon na região e sua confluência com as CEBs; a terceira analisa a criação do STR de Araponga e a ampliação e institucionalização da experiência a partir da aproximação de parentes e companheiros de CEBs.

A GÊNESE DA EXPERIÊNCIA: “NO INÍCIO ERA DIFERENTE. ERA OUTRA HISTÓRIA. ERA HISTÓRIA DE FAMÍLIA”

A Conquista de Terras em Conjunto originou-se na família dos irmãos Lopes, que realizaram a primeira compra de terra em conjunto na família, entre 1977 e 1978. A família Lopes é composta por nove irmãos, sendo quatro mulheres e cinco homens. Três deles criaram a Conquista de Terras em Conjunto: o seu Alfires, conhecido por Fizim (faleceu em 1999), o seu Aibes, conhecido por Bibim, e o seu Niuton, conhecido por Neném.⁴ Segundo o depoimento do seu Neném, apesar de ter nascido em Araponga, a família migrou para o município de Ervália e depois para Jequeri, retornando para Araponga após dez anos, no início dos anos 1960. Seu Neném sente orgulho de se identificar como descendente dos índios puri, descendência que vem da bisavó paterna. Segundo ele, todo o respeito, a ligação com a terra e o compromisso em preservá-la, sentimento compartilhado por todos, vem dessa memória.⁵

O pai dos irmãos Lopes, senhor José Lopes Filho, era pequeno proprietário e possuía cerca de 6 alqueires e trabalhava também como meeiro. Segundo uns dos filhos, o pai nunca aceitou

4 Daqui em diante passo a citá-los pelo apelido. As entrevistas foram realizadas entre 2003 e 2005. O primeiro contato da pesquisadora com o grupo de Araponga ocorreu quando realizou videodocumentários para o CTA-ZM em 2002.

5 A Escola Família Agrícola recebeu o nome de EFA Puris e foi inaugurada em 2008, no assentamento Novo Horizonte em Araponga.

trabalhar como diarista, só em parceria. Com a vinda da família para Araponga e o crescimento dos filhos, a terra que possuía se tornou insuficiente. A mãe de seu Neném, senhora Maria Devota Teotônio, também possuía 1 alqueire de herança dos pais. Vários irmãos migraram para São Paulo para poder trabalhar, e só Neném e Bibim permaneceram em Araponga. Com o casamento, aumentou ainda mais o desejo de possuir terra própria. Seu Neném conseguiu comprar terra após três anos de casado e, com o falecimento do pai, cada filho recebeu 1 hectare. Seu Fizim, após alguns anos, retornou de São Paulo, onde trabalhou primeiramente na construção civil, como servente, e depois numa fábrica de calçados. Com o trabalho em São Paulo, Fizim conseguiu fazer economia para comprar terra em Araponga. Mas a terra ainda não era suficiente para um dos irmãos, Bibim, que trabalhava como parceiro. Bibim, desejando sair do regime de parceria e com uma família maior, não tinha terra suficiente para manter a família, queria comprar mais terra. Os proprietários da região, entretanto, não vendiam parcelas de terra muito pequenas nem davam créditos aos meeiros.

Os irmãos Neném e Fizim, então, uniram-se para comprar um pedaço maior, para que Bibim pudesse comprar sua parte. Assim a primeira compra na família foi realizada com empréstimo bancário, venda de produtos e o que era conseguido com o trabalho dos três:

No início era diferente, era outra história, era história de família. Aí... mas era muito pouca a porção de Bibim para ele poder trabalhar, então... a gente nem liga isso na história, mas agora a gente começa revelar que isso [a Conquista de Terras] nasceu por ele, quer dizer, ele chegou a ter uma necessidade muito grande de ter terra para trabalhar, tinha um pedacinho dele, mas tinha que trabalhar todo em parceria afora. Foi quando nos reunimos, eu, ele e o Fizim, que era um dos que estava morando em São Paulo e voltou; conseguimos juntar forças para comprar terra. Eu até me lembro, me forçaram a entrar com ele, eu não tinha condição

de comprar a terra e acabei comprando, foi quando conheci banco para fazer financiamento, foi justamente nessa época por volta de 77, 78 (seu Neném, 55 anos, pequeno proprietário).

Foi no ano de 1979 que os irmãos Lopes tiveram o seu primeiro contato com as Comunidades Eclesiais de Base, quando foi trazido para o município de Araponga os encontros de CEBs por um pároco do município de Sericita em Minas Gerais.

AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: BREVE HISTÓRICO E ORIGENS NA REGIÃO

Para compreendermos melhor a Conquista de Terras em Conjunto, faz-se necessário resgatar a história das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O surgimento das CEBs insere-se em um contexto de questionamentos internos e pela opção de abertura por parte da Igreja católica a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pelas transformações que passa a sociedade civil na América Latina. Em algumas regiões no Brasil, as CEBs foram de fundamental importância para a construção de bases sólidas de solidariedade e de politização das discussões sobre a realidade de cada comunidade. As CEBs conseguiram aglutinar pessoas em torno de um ideal comum: a reflexão sobre seus problemas, tendo como motivação final a esperança de melhores condições de vida.

As CEBs surgiram no país na década de 1960 (ALMEIDA, 2000), quando os bispos do Brasil se reuniram durante o Concílio Ecumênico Vaticano II e elaboraram o Plano Pastoral Conjunto e o aprovaram na Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Roma, em 1965. Nesse plano estava prevista a formação das CEBs. O Concílio tinha como objetivo adaptar a instituição Igreja à nova conjuntura mundial: “pôr em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho”, para que “o depósito sa-

grado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz” (ALMEIDA, 2000, p. 79). Assim a Igreja buscava se articular e se aproximar da sociedade civil em um período de grandes transformações, sobretudo, na efervescente América Latina, que tinha um ambiente propício para o desenvolvimento das ideias reformistas do Concílio Vaticano II, diante das repressões dos governos militares.

Desse modo, as CEBs surgem no contexto de tentativa de reaproximação da hierarquia da Igreja, representada por padres e bispos, da sociedade civil. As CEBs surgiram também, no caso do Brasil e, em boa parte, dos países latino-americanos, por causa da conjuntura política pela qual passava a região, com a intensificação das lutas sociais e o surgimento de diversos movimentos eclesiais. As Comunidades Eclesiais de Base representavam, dessa forma,

para os membros da Igreja preocupados com distanciamento entre o povo e a Instituição, um grupo de pessoas que, livremente, se escolheram, se reúnem para aprofundar seus conhecimentos do Evangelho que é o próprio Cristo; refletem e discutem suas necessidades e as necessidades dos outros, procurando soluções adequadas; celebram juntos, na Eucaristia, suas vitórias e derrotas; e, por fim, procuram irradiar, difundir a mensagem, que para eles é vida. A Igreja, assim, seria uma “comunidade hierárquica e não só hierárquica” (ALMEIDA, 2000, p. 87).

A Igreja, entretanto, abrigava diversas posições políticas, pois os conflitos sociais também dividiam a Igreja. Alguns setores da Igreja temiam o avanço do comunismo e se mobilizaram criando as Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade, apoiadas por alguns membros do clero. A própria CNBB, de certa forma, apoiou o Golpe Militar de 1964, por temer o comunismo. A mensagem da CNBB de 27 de maio de 1964 é esclarecedora a esse respeito, como assinala Souza: “Agradecemos aos militares, que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supre-

mos interesses da Nação e gratos somos a quantos concorrerem para libertar-nos do abismo iminente” (2004, p. 81).

Entretanto, pouco tempo após a realização do golpe militar, com o aumento da repressão, da violência, do fechamento dos canais de participação popular, que afetou não somente os leigos, mas também membros da própria instituição, a CNBB passa a defender, além dos seus integrantes, os perseguidos pelo regime militar. Passa também a se preocupar com os “oprimidos” e os perseguidos políticos, exigindo com isso o cumprimento dos direitos humanos. Foram criadas também outras instituições ligadas à CNBB, como a Comissão Pastoral da Terra em 1975 (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a pastoral operária e de juventude; enfim, a CNBB passa a ser conhecida, durante os 20 anos seguintes ao golpe, como “a voz dos sem voz” (SOUZA, 2004).

A disseminação e expansão das CEBs foi maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas e de periferia. De acordo com Almeida (2000), dados divulgados pela CNBB em 1974 apontam que 53% dos seus membros se encontravam nas áreas rurais. Alguns estudos sobre a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais e sobre os movimentos sociais no campo apontam para a importância da atuação da Igreja com os trabalhadores rurais, primeiro de modo difuso e mais tarde pela atuação da CPT e das CEBs, politizando suas lideranças e conduzindo-os a um maior envolvimento nas próprias comunidades. Desse modo, a emergência do novo sindicalismo no meio rural não pode ser compreendida sem o papel desempenhado pela Igreja católica (MEDEIROS, 1989; FAVARETO, 2006).

Houtzager (2004) utilizou o conceito de *incubadores institucionais* para denominar o papel da ala progressista da Igreja, que fundou a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e apoiou o trabalho das CEBs, propiciando o nascer desse novo sindicalismo rural que surgiu na década de 1970. Esse novo sindicalismo era diferente do sindicalismo tradicional, preocupado com questões

burocráticas e em alguns casos realizando um trabalho assistencialista. Dessa forma, o novo sindicalismo estava inserido em um movimento social que questionava as condições de vida no campo e o modelo de agricultura desenvolvimentista. No caso de Araponga, especificamente, o desejo das lideranças ligadas as CEBs era de se criar um sindicato diferente, que se preocupasse com as condições dos meeiros, a organização dos trabalhadores e os problemas específicos da agricultura familiar. Segundo o relato do seu Neném, a fundação do sindicato só ocorreu quando um integrante da CPT, “que falava a mesma língua dos agricultores”, propôs a criação do sindicato. Em 1989, no mesmo ano em que o sindicato foi fundado, foi realizada a primeira compra coletiva de terras fora do âmbito familiar. Assim, como no caso de Araponga e na zona rural pelo país participavam das reuniões de CEBs pequenos proprietários, agricultores, meeiros, posseiros, assalariados rurais e suas famílias:

É na zona rural que as comunidades de base mais proliferam. O homem do campo – pequeno agricultor, boia-fria, assalariado rural – encontra na Igreja seu principal referencial ideológico. Ao contrário do operário urbano, sua cultura está impregnada de religiosidade. [...] No caso brasileiro, os camponeses, desprovidos de apoio oficial, sem condições de obter crédito bancário, vítimas dos intermediários que pagam pouco pelo produto que depois revendem caro, não têm como se defender senão através do sindicato rural e das comunidades de base (BETTO, 1981, p. 26).

De acordo com Betto (1981), as CEBs são Comunidades porque reúnem as pessoas que têm a mesma fé e moram na mesma região. Elas estão em “comum união” em torno de seus problemas e esperanças por melhores condições de vida. São Eclesiais porque estão congregadas na Igreja. E são de Base porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos, os assalariados rurais, posseiros, pequenos proprietários, donas de casa, operários; enfim, os representantes das classes trabalhadoras.

Como método, as CEBs baseavam-se no *ver-julgar-agir*. No *ver* todos podem fazer seus relatos, expor seus problemas, suas ideias; no *julgar* colocam-se as principais questões sobre como se deve agir diante de determinado problema; e no *agir* qual o melhor caminho para resolvê-los. Como característica mais importante das CEBs, Almeida cita a capacidade de transformação que as CEBs promovem em seus participantes,

não uma transformação religiosa, ou espiritual, o sentido de uma mudança interior, como nos processos iniciáticos. Mas a aquisição de uma autoconfiança que só é possível em situação em que se é sujeito de seus atos e reconhecido como tal, pela comunidade, com direito de ser ouvido, de falar, decidir e fazer. [...] Reunidos através de motivações diversas, os participantes readquirem um nome, se conhecem, são agentes da atividade em questão, formam, enfim, uma comunidade (2000, p. 49).

Em Araponga, de acordo com seu Aibes Lopes, seu Bibim, as CEBs foram implementadas no município no ano de 1979. O movimento das CEBs foi trazido pelo padre José Miguel de Sericita (MG), mas ele não permaneceu na cidade por muito tempo, segundo seu Bibim:

Quem nos envolveu foi um pároco lá de Sericita, o padre José da Silveira Miguel, que mora em Abre Campo, mas não tenho certeza se ainda se encontra lá. Ele trouxe uma coisa tão nova. A elite nunca gosta de uma coisa dessa. Em julho de 1979, esse padre colocou as CEBs aqui, mesmo já assistindo à comunidade, pois ele era de Araponga, mas foi retirado em outubro do mesmo ano. Ele implantou as CEBs aqui mesmo e os cursos de batizado. A partir de 1980, íamos fazer cursos fora, fomos em Eugenópolis, eu, Neném, Fizim, Jesus Messias e Maurílio. O Maurílio foi o primeiro a buscar curso fora. Fomos, em 5 de novembro de 1981, em Dom Cavati, fazer o Pré Boa Nova (seu Bibim, 59 anos, agricultor

e pequeno proprietário).

A partir desse momento, o grupo, mais unido, começou a participar de cursos em outros municípios. Seu Bibim, seu Neném e alguns companheiros, depois de certo tempo, “criaram” a Conquista de Terras em Conjunto. Eles frequentavam grupos de reflexão ou cursos que eram oferecidos em outros municípios, que poderiam durar de dois a quatro dias:

E... aí, nessa história tudo começou. [...] e a história já falava que a gente tinha que partir para uma ação, tinha muito claro na Bíblia, a Bíblia falava que fé sem ação é morta ou sem obra [...], um negócio assim em Tiago. Só que a gente resolveu buscar cursos fora; o Maurílio, que é um dos que entrou nessa história de compra de terra, foi um dos primeiros, dos pioneiros, ele é o quarto na história. Eu falo que foi o primeiro a buscar curso fora, o Pré Boa Nova que a gente falava, que é ligado à Igreja. [...] O Pré Boa Nova é a preparação para o Boa Nova. Na segunda turma já estava eu e o Fizim. O Pré Boa Nova eu fiz em Eugenópolis, mas o Boa Nova foi feito em Dom Cavati, na região de Valadares. Só que, aqui, a gente começou a se questionar: Por que ficar só buscando curso, para ficar do mesmo jeito? (seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Em estudo sobre a formação dos sindicatos na Zona da Mata Mineira, Comerford (2003) ajuda-nos a entender melhor quando e onde surgiu o Mobon (Movimento da Boa Nova). O Mobon é oriundo do Mape – Movimento de Apostolados dos Pioneiros do Evangelho, que foi iniciado em um distrito de Alto Jequitibá (antiga Presidente Soares), chamado Vargem Grande, em 1946, e se institucionalizou em 1959, em Carangola, com o padre Geraldo Araújo, que ministrava as chamadas “aulas bíblicas”:

Em 1958, [o padre Geraldo] foi designado vigário da Paróquia de Santa Luzia, em Carangola, e continuou o mesmo tipo de trabalho desenvolvido em Presidente Soares. Mas

agora, ao invés de assumir sozinho as aulas bíblicas, ele incentivava as pessoas a “repassar a mensagem transmitida”, dando início ao Movimento de Apostolados dos Pioneiros do Evangelho, [...] com a finalidade de “formar líderes leigos para a evangelização [...], organizar e dinamizar pequenas comunidades cristãs e trabalhar pela promoção da pessoa humana em seu meio social (COMERFORD, 2003, p. 162).

Em 1962 o padre Geraldo mudou-se para Manhumirim, mas não deixou de ministrar suas aulas bíblicas. Em 1969, já com novos padres, seminaristas e leigos envolvidos no Mape, e com a nova mudança do padre Geraldo para Vargem Grande, o movimento passa a ser chamado de Boa Nova a partir de um curso ministrado nas comunidades, pois o grupo do Mape passou a ser reconhecido como o “pessoal da Boa Nova” (COMERFORD, 2003, p. 166). Com a transferência do padre Geraldo para o Mato Grosso, o centro de formação de Vargem Grande muda-se para Dom Cavati, na região de Caratinga e Valadares, e passa a ser dirigido por dois antigos seminaristas do padre Geraldo, Alípio Costa e João Rezende. O trabalho realizado por Alípio e João ainda é lembrado pelas lideranças de Araponga, pois, segundo eles, foram os dois que apoiaram e incentivaram a fundação do sindicato em 1989.

Os esforços evangelizadores e de organização do Mape e das CEBs, até então independentes entre si, confluem nos inícios dos anos 1960. O padre Geraldo conhece a experiência das CEBs estimulada pelo bispo dom Eugênio Sales no Rio Grande do Norte, em 1963. Um dos auxiliares do padre Geraldo, Alípio, participa, em 1966, de um curso promovido pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) em Santiago no Chile e retorna implantando os “cursinhos de base”. Dessa forma, a intenção da Igreja em se aproximar da comunidade se alia à experiência iniciada pelo padre Geraldo Araújo no ano de 1946, no município de Presidente Soares (COMERFORD, 2003).

No caso de Araponga, o movimento das CEBs teve um pa-

pel importante no início da Conquista de Terras em Conjunto. Como veremos, as regras que regem a Conquista são moldadas pela linguagem religiosa dos dez mandamentos e pelo espírito de solidariedade pregado pelas CEBs. Foi na caminhada de retorno de um encontro de CEBs que os irmãos Lopes, Neném e Fizim, refletindo sobre a leitura de uma passagem bíblica, tiveram a ideia de iniciar a Conquista de Terras em Conjunto. De acordo com o depoimento do seu Neném, a passagem era assim:

Se falava que os cristãos vendiam suas propriedades e colocavam nos pés dos apóstolos. Mas a gente interpretou que esse trecho não estava certo. A gente tinha que fazer o contrário. A gente imagina assim: se vender, aí piora; temos que fazer o contrário, comprar (seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Desse modo, começaram a pensar uma forma de ajudar outros companheiros trabalhadores rurais e meeiros a comprarem seu pedaço de terra. Chegaram à conclusão de que a melhor forma seria fazer o que fizeram em família no ano de 1977, ou seja, emprestar produtos agrícolas para completar o valor de um terreno para pagar a terra à vista, contraindo a dívida só entre parentes e amigos e em produtos, longe dos juros e de empréstimos bancários.

A influência das CEBs na Conquista de Terras em Conjunto é marcada por uma série de ambivalências. Como a passagem acima revela, os irmãos promovem uma *inversão* na interpretação da passagem bíblica. Mas, de outro lado, a linguagem bíblica e os imperativos cristãos de equidade e solidariedade, de certa forma, estão presentes no grupo e na criação dos “Dez mandamentos” que regem a Conquista de Terras. Ademais, parece que as CEBs oferecem um aprendizado de formas de organização e ação que será recriado na Conquista de Terras. As CEBs despertaram no grupo, a partir das reuniões e discussões, a necessidade de partirem para a ação, o agir dos próprios agricultores que não

viam mudanças. O que foi repassado ao grupo, mais do que ações específicas, foi o espírito de solidariedade, o respeito ao próximo, a comunhão e a confiança para se organizar. Assim, a conquista, no seu momento inicial, surgiu da combinação das práticas tradicionais de ajuda mútua⁶ e dos laços fortes entre a família, e também dos grupos de reflexão promovidos pelas CEBs. Ao perguntar sobre os cursos que eles faziam e sobre as influências específicas das CEBs, seu Neném afirma que de certa forma tiveram “um empurrão muito forte”:

Agora que a Bíblia deu um empurrão muito forte, deu nisso, que, vendo a história dos primeiros cristãos, ela fala muito isso, muito claro as palavras do Evangelho, que nasceu do Evangelho que fala que Cristo é muito forte: “Eu vim para que todos tenham vida e tenham vida plenamente”. Então isso é muito forte, então a Bíblia deu um empurrão muito forte nisso sim. Só que nesse ponto aí de vender é que a gente achou que, no nosso tempo, a gente achou que não estava certo... [...] eles falavam [nos cursos] da vida como um todo, baseados na Bíblia, história de povo, mas baseado na Bíblia, aí contando a história do povo, como o povo reagia, como Deus agia diante daquele povo; de acordo com a reação do povo, é que vinha a mão de Deus, que andava protegendo aquele povo..., ou vinha a queda ou a vitória de acordo com a reação do povo, aquilo que o povo faz, nenhum milagre acontece sem a participação humana, não existe nenhum milagre sem a participação humana (seu Neném, 55 anos, pequeno proprietário).

Ainda hoje se fazem na região os encontros das CEBs com os chamados *grupos de reflexão*, uma vez por semana, em várias comunidades do município. Os grupos recebem o *roteiro para reflexão em grupo*, distribuído pela Arquidiocese de Mariana. Um coordenador das CEBs prepara o encontro, que é realizado nas casas das famílias participantes. É feito um rodízio entre as casas que vão receber os grupos de reflexão. Entretanto, os participan-

6 Tradições de ajuda mútua como as trocas de dias e o mutirão entre vizinhos e parentes são comuns em comunidades rurais, como também mostrou o trabalho realizado por Candido no interior de São Paulo (1987).

tes mais antigos da Conquista de Terras nos disseram que, apesar de prosseguirem as reuniões das CEBs, o ritmo já não é o mesmo de tempos anteriores, há um número menor de reuniões e menor envolvimento nas CEBs. Apesar disso, enfatizam que a “ação do Evangelho” ainda continua. Afirmam também que os militantes mais antigos das CEBs têm menos tempo para participar dos grupos de reflexão. Nas entrevistas e na tabulação dos questionários realizados para a pesquisa do mestrado, constatamos que os criadores da experiência são representantes dos agricultores em diferentes entidades e instâncias. Eles ocupam cargos e/ou participam de reuniões na Associação Regional dos Trabalhadores na Agricultura; no CTA–ZM, nas reuniões da Diretoria e/ou dos conselhos; na Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA); no STR; na Cooperativa de Crédito, na Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (Amefa), como conselheiros do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araponga (PMDRS), quando ativo; e já fizeram parte da Prefeitura do município, ocupando cargo de vice-prefeito. Dessa forma, o relativo esvaziamento das CEBs resultou precisamente do seu sucesso no passado, ao mobilizar os agricultores para vários tipos de iniciativas organizacionais. Foi possível constatar, também, que está havendo uma renovação de lideranças ocupando cargos nas instituições que têm sede no município. Um bom exemplo é que, nas duas últimas diretorias do sindicato, este foi presidido por mulheres jovens.

A influência das CEBs e, de uma forma geral, da vida religiosa dos envolvidos na Conquista de Terras fez com que eles elaborassem um conjunto de critérios para a entrada de novos membros. Entre 1994 e 1995, algumas pessoas reuniram-se e escreveram os “Dez mandamentos”.⁷ Ele pode ser considerado o “documento” mais importante, que orienta o grupo e permite selecionar os futuros compradores de terras em conjunto. São eles:

Os dez mandamentos da Conquista de Terras em Conjunto:

7 Nenhum dos entrevistados soube dizer o ano exato em que foi elaborado os “Dez mandamentos”, somente que foi feito entre “1994 e 1995”, mas recentemente foi encontrado um rascunho do esboço feito nas reuniões. Essa anotação tinha como título provisório os “Dez mandamentos do bom lavrador”.

- 1 – Interesse pela Terra: ter amor pela terra e compromisso.
- 2 – Comportamento no Grupo: ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas, participar de reuniões.
- 3 – Meio Ambiente: ter consciência ecológica.
- 4 – Divisão: formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas.
- 5 – Conquista das Terras: fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível, e viver em sintonia com a comunidade.
- 6 – Forma de Convivência: ter diálogo e compreensão com os companheiros, tratar de assuntos que envolvem a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente de seita.
- 7 – Participação e Contribuição da Mulher: lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo.
- 8 – Participação Agrícola: participação nas trocas de serviço e mutirão, recuperação e conservação do solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas.
- 9 – Maneiras de Usar as Coisas Móveis do Grupo: usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais.
- 10 – Maneira de Usar os Imóveis: conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha.⁸

Os “Dez mandamentos” constituem um conjunto de regras, prescrições e critérios de seleção e avaliação que procuram regular o funcionamento da Conquista de Terras em Conjunto, assim como as relações entre os membros da comunidade. É interessante notar que, ao contrário de um mero regulamento estipulando regras e sanções explícitas, a ideia de “mandamento” incorpora

8 Conquista Conjunta de Terras, um caminho original e eficiente. Revista CTA-ZM 15 anos, Viçosa, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, p. 26, jul. 2002.

um conteúdo ético difuso, preocupando-se mais com o sentido da conduta e o caráter moral dos participantes do que com as relações contratuais. Podemos identificar três grupos de temas abordados nos mandamentos. Em primeiro lugar, eles definem uma série de procedimentos de decisão e resolução de problemas comuns (mandamentos 9 e 10). Em segundo, um conjunto de postulados morais que permitem avaliar a confiabilidade dos membros e definir padrões éticos de conduta comunitária (mandamentos 2, 4, 5 e 6). Por fim, alguns dos mandamentos incorporam também questões de gênero e meio ambiente (mandamentos 1, 3, 7 e 8). E, de modo geral, todos incorporam na sua redação o discurso agroecológico. No conjunto, os “Dez mandamentos” configuram “regras em uso”, que, elaboradas pelos próprios agricultores e agricultoras, permitem monitorar o comportamento daqueles que participam da Conquista de Terras, reduzindo a possibilidade de oportunismo e risco para a experiência.

A PRIMEIRA COMPRA COLETIVA: PARENTES, COMPANHEIROS DE CEBS E A FUNDAÇÃO DO STR

A história de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga não é muito diferente da criação de outros sindicatos da região da Zona da Mata Mineira. O sindicato foi criado a partir das lideranças que também participavam do Mobon e das CEBS, e que foram impulsionados por padres e leigos que trabalhavam na Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região. No contexto de redemocratização de fins dos anos 1980, esses novos sindicatos assumiram uma postura crítica diante das posições da estrutura sindical corporativa já existente, ligada à estrutura patronal que oferecia serviços assistenciais e da previdência social. Em alguns municípios, haviam apenas sindicatos patronais, o que significava a tutela dos trabalhadores pelos grandes proprietários.

Vários dos novos sindicatos estavam mais próximos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), do que da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) (COMERFORD, 2003, p. 257-325).

As lideranças sindicais de Araponga lembram que, em um primeiro momento, a proposta de se criar o sindicato não foi muito bem-aceita pelos trabalhadores rurais. Propostas concorrentes sugeriam um modelo de sindicato assistencialista, que tratasse exclusivamente demandas entre patrões e empregados, visando a questões trabalhistas e benefícios. Em Araponga, o desejo das lideranças ligadas às CEBs era de se criar um sindicato diferente, que se preocupasse com as condições dos meeiros, a organização dos trabalhadores e os problemas específicos da agricultura familiar. Segundo seu Neném,

quando criou o nosso sindicato, eu disse que tem uma diferença do sindicalismo da região, que nós tinha um pouco de resistência em questão do sindicato, porque aqui tem um sindicato patronal, sindicato rural, e a gente tinha uma dúvida, a gente não sabia separar o sindicato patronal, o sindicato rural [...], a gente não sabia separar o sindicato rural com o sindicato dos trabalhadores rurais, não; para a gente tudo era o mesmo [...]. Fez parte deles apenas para pagar mensalidade [...]. Quando começaram os outros da região, também o que eles falavam não identificava muito bem com a gente. Nessa época falavam muito em patrão e empregado. Não tinha questão de meeiro, tratavam mais de discutir questão de lei [...]. Assim, criamos nosso sindicato pensando numa postura diferente. O primeiro assessor que veio aqui falar de sindicato, aqui da CPT, não deu muito certo, porque falava nessa direção de sindicato de patrão e empregado, e não funcionou; teve que vir outro [também da CPT]. E o dia que veio um que era também pequeno proprietário [...], o entendimento foi fácil, fácil [...]. Quando

encontrou alguém que falava a nossa língua, foi fácil (seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

O CTA-ZM e a CPT foram importantes aliados das lideranças das CEBs no processo de fundação do sindicato em Araponga. Com a fundação do CTA-ZM, em 1987, e a vinda de outro integrante da CPT, João Cândido, que falava a “mesma língua” dos agricultores (segundo seu Neném), a criação do sindicato começou a ser discutida e, em 1989, o sindicato foi fundado. As lideranças do STR de Araponga tinham afinidades com as propostas do CTA-ZM, que pretendia transformar o modelo de agricultura e valorizar a produção da pequena propriedade. Mesmo não sendo o seu foco de atuação, o CTA-ZM eventualmente assessorava os agricultores sobre questões sindicais. O seu trabalho com os agricultores concentrava-se na adoção de práticas da agricultura alternativa com proposta agroecológica, diante do modelo dominante. No mesmo ano em que se fundava o sindicato, realizava-se também a primeira compra coletiva de terras fora do âmbito familiar. O grupo que fundava o sindicato era também aquele que organizava e mobilizava os meeiros e trabalhadores rurais para a compra de terras.

Dessa forma, passaram-se 11 anos entre a compra em família dos irmãos Lopes, em 1977, e a primeira compra coletiva envolvendo outros membros da comunidade. Relações hierárquicas e de dependência pessoal caracterizavam o mundo dos meeiros e trabalhadores rurais. Os agricultores relatam que, na época, era difícil encontrar terra para comprar, pois os proprietários não vendiam para os trabalhadores rurais e meeiros, com medo de que eles não conseguissem pagar a terra. Muitos trabalhavam como meeiros ou diaristas, o que dificultava fazer uma negociação direta com o dono da terra, que às vezes era também o patrão. Assim, no início, sempre escolhiam uma pessoa que não trabalhava nas imediações para poder negociar o valor e a forma de pagamento. Como relata seu Neném,

o Cosme já tinha corrido vários lugares para comprar terra, só que sozinho, eles não vendiam, até acreditar que um meeiro vai comprar terra... uma porque não quer ver ele sair de meeiro, quer ver ele seguro ali para a vida inteira, como escravo, e outra, é que não acredita que ele tem condição de pagar. Então, na época, teve que usar o Fizim para comprar, mandar o Fizim para fazer o primeiro negócio, para comprar, porque ele já tinha uma Brasilinha velha; então eles acreditam, cismam que ele tem dinheiro, queda de carro, então impressiona que a pessoa tem dinheiro; para ele, eles vendem. Ele compra a terra e vocês ficam com a terra, pronto. E funcionou desse jeito... quem fez o primeiro contato foi o Fizim (Alfíres Inácio Lopes), que foi negociar. A primeira compra foi para o seu Cosme, Paulinho, Donizete e Maurílio, que foi o quarto, foi o que acompanhou. Ele ficou sabendo da história e falou: “Eu também quero”. Aí entrou na história, acompanhando (seu Neném, 55 anos, pequeno proprietário).

A história de Paulinho, 41 anos, natural de Araponga, retrata as dificuldades encontradas no início. Ele foi diarista por sete anos em uma fazenda na região. Sempre desejou ter terra própria. A realização do sonho só aconteceu quando resolveu procurar um lugar para trabalhar como meeiro e sair da condição de diarista, pois como meeiro conseguiria ganhar um pouco mais e economizar para a compra da terra. Paulinho foi meeiro por seis anos. Em 1989 ele finalmente conseguiu comprar seu terreno graças à Conquista de Terras. No seu caso, cruzaram-se laços de confiança articulados por relações de família e pelas CEBs. Foi através dos irmãos Lopes, pois Paulinho é primo do seu Neném, mas também através dos encontros das CEBs que ele se uniu a mais três pessoas e fizeram a primeira compra coletiva fora do círculo inicial. Nesse grupo de compra também entrou Donizete, irmão de Paulinho. Segundo Paulinho, foi muito difícil na época convencer o irmão a comprar terra, pois ele tinha receio

de assumir o compromisso e não conseguir pagar. Na época, Donizete era diarista e tinha 22 anos. Na fazenda, Donizete cuidava do pomar e era, segundo Paulinho, o que mais trabalhava com “veneno” (agrotóxicos), mais um motivo pelo qual Paulinho o convenceu a comprar terra.

Seu Maurílio, como diz seu Neném, “é o quarto na história”. Quando entrou na primeira compra coletiva, Maurílio tinha 26 anos. Como a maioria, era meeiro, e assim o foi por 17 anos. Ainda hoje ele toca uma lavoura de café à meia, mas também tem café em sua propriedade, e uma parte é lavoura de café orgânico. Maurílio sempre é citado como aquele que foi buscar “curso fora”. Ele foi o primeiro a procurar os cursos das CEBs, o primeiro em São Francisco do Glória e depois em Eugenópolis. Assim, o contato inicial de Maurílio com os irmãos Lopes foi através das CEBs. Em 1989, ao encontrar Fizim, que já o conhecia nas reuniões das CEBs e foi também seu padrinho de casamento, disse a ele que queria comprar terra. Segundo Maurílio,

o Fizim disse: “Eu estava pensando em comprar umas terras também”. Aí eles me ajudaram, deram muito apoio [na época quem procurou a terra para comprar foi seu Neném e Fizim]. [...] uma parte [para pagar a terra] peguei café emprestado com o Fizim, para pagar os comerciantes de quem peguei o dinheiro emprestado; vendi porco, cabrito, porque na serra eu ainda não tinha café (Maurílio, 46 anos, agricultor, pequeno proprietário e meeiro).

Outro a entrar na primeira compra coletiva foi seu Cosme, que também foi meeiro por quase 20 anos. Ele conheceu o grupo nas reuniões das CEBs e na época tinha 39 anos. Ele relata como foi para conseguir comprar terra:

Eu procurei muitos pedacinhos de terra para comprar, mas individual, morava lá em São Domingos e ficava procurando pra lá, na região de Ervália. Para aqueles lados eu procurei, só

que não deu certo. Aí depois é que a gente entrou em contato com o seu Neném, Fizim, aqui na Praia d'Anta [Araponga]. [...] [Depois de uma reunião das CEBs, já na casa da mãe do seu Neném] Paulinho disse que tinha um terreno à venda aqui. E aí, naquele momento, nós já convidamos o Fizim para conhecer essa terra para nós lá, porque na época era difícil de negociar, e as primeiras compras foram feitas com muito privilégio [muito cuidado] porque com medo de alguém descobrir e atrapalhar as coisas (seu Cosme, 57 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Segundo o seu Cosme, o temor e a necessidade de segredo eram porque o dono da terra era irmão da sua antiga patroa, onde ele e sua família moravam como meeiros. Paulinho, que entrou nesse grupo de compra, também era meeiro do irmão do proprietário:

A gente vê que o diarista ou o assalariado aqui no campo, ele não tem futuro, sabe? É uma coisa muito sem futuro. Hoje o cara está num serviço, amanhã ele está no outro. Sabe, sete horas ele tem que estar ali no ponto, das sete as cinco ele tem que estar ali, ele não tem autonomia, sabe, ele é um cara muito preso, amarrado. Como a gente sempre sonhou em ser autônomo, ser livre levou mais a gente a pensar nisso. Para você ter uma ideia, quando a gente estava discutindo a fundação do sindicato aqui, foi nesse mesmo período, 88, 89, mesmo a parceria a gente tinha que sair ainda meio escondido. Você entendeu? Quer dizer, o cara que não tem o seu pedaço de chão aqui na roça é preso, ele é amarrado, ele é igual andorinha sem ter asas para voar, você entendeu? Ele não vai a lugar nenhum (Paulinho, 41 anos, agricultor, pequeno proprietário).

Além das dificuldades, do medo e da insegurança diante dos patrões, os meeiros tinham que vencer as desconfianças entre eles mesmos, além do receio de não conseguir quitar os compromissos. Um longo período de tempo separa a primeira

compra dos irmãos Lopes da primeira compra coletiva. Nesse período de 11 anos, gradativamente se construíram as condições para a conscientização e formação de um grupo de compra, pois muitos meeiros e diaristas não achavam que era possível comprar terra. De acordo com Paulinho, as CEBs tiveram um papel fundamental no processo:

Foi um período em que o pessoal estava se conscientizando, sabe? É um período que o pessoal participava muito dos movimentos de Igreja, tanto é que as CEBs estavam aqui [...] nesse período de 79 a 87, estavam as CEBs aqui no meio. É a época em que a Igreja orientava mais, começou a orientar, a gente começou a participar [...] das reuniões de grupo aqui nas comunidades, nos grupos de reflexão, era reunião semanal [...]. Mas, na medida em que a gente foi refletindo, a gente descobriu que só rezar não era o suficiente, tinha que fazer alguma ação. [...] Mas até hoje ela ajuda a refletir os problemas. A questão que não aparece muito ação através desse movimento é porque às vezes a pessoa não sabe a forma de começar, né? E o meio que a gente achou de começar foi por aí, com as compras de terra (Paulinho, 41 anos, agricultor e pequeno proprietário).

De acordo com depoimentos de outros agricultores que participaram da experiência desde o início, existiam também outros fatores que dificultavam a formação de um grupo para a realização de compra de terra coletiva, como as longas distâncias, a falta de transporte e as incertezas de realizar a compra de terras fora do círculo da família. Os laços de solidariedade e a vontade de ajudar os outros foram sendo reforçados pela prática e reflexão nas CEBs, como relata seu Bibim:

Agora, demorou tanto tempo porque demora até formar um grupo, as pessoas chegarem em um consenso. Também tinha a distância, o Cosme morava em São Domingos, o Maurílio no Estouro – Mutuca. O povo todo disperso, isso é um processo demorado, não tinha carro, moto nem bicicleta. São coisas que acontecem lentamente. A gente se encontrava em todos os setores, no Boné, em Miradouro através do padre Gwenael, a gente ia nos cursos e repassava para os outros, ia nas comunidades, Prainha, Estevão Araújo e por aí afora. Como disseram o Cosme e o Maurílio, a gente se conheceu nas CEBs. Quando a compra estava só entre a gente, era restrito. Querer o bem só dos nossos é comum, tinha que querer o bem dos outros. Querer o bem da população é anormal. Eu sempre costumo falar: “Eu não trago remorso, não faço nada com pretensão de prejudicar os outros”. Aqui as comunidades mais fortes de organização é Praia d’Danta, é mais ação, tem menos poder aquisitivo, mas tem uma visão mais humanitária (seu Bibim, 59 anos, agricultor e pequeno proprietário).

A primeira compra coletiva serviu para despertar, não só no grupo, mas também entre os meeiros e os trabalhadores rurais de várias comunidades rurais do município, a possibilidade de se comprar terra, segundo seu Neném comenta:

Então, teve um sentimento mais forte depois que a gente fez isso [comprar terra], o pessoal [...] falava com ele [Paulinho]; é que toda vida falavam comigo, falavam com ele que não adiantava, que pobre não comprava terra, não adiantava. E ele fala isto que o tempo sempre foi o mesmo, que ele conseguiu, que é possível, que aí o pessoal sentiu que era possível, uma coisa que parecia impossível se tornou possível. Então serviu de ânimo tanto para ele como para os outros, houve muita crítica das pessoas no início, que eles compravam aqui, mas não iam conseguir pagar; então era toda essa história. Quando eles viam que conseguiram pagar,

para eles foi uma surpresa (seu Neném, 55 anos, pequeno proprietário).

A segunda compra coletiva aconteceu no ano seguinte, quando sobrinhos e primos dos irmãos Lopes se reuniram para comprar 24 hectares em conjunto. Em 1993, nova compra em conjunto aconteceu, reunindo dessa vez não só parentes dos irmãos Lopes, mas também alguns companheiros das CEBs e do STR. Daí em diante, até 1997, antes da criação do Fundo de Crédito Rotativo, as compras realizadas foram entre parentes mais próximos, companheiros das CEBs e do STR. Após a criação do Fundo de Crédito Rotativo, podemos perceber que o círculo de participantes na Conquista de Terras se amplia para parentes mais distantes, amigos e membros do sindicato.

Os agricultores sentem orgulho de que, desde 1989, quando a experiência saiu da esfera estritamente familiar, houve compra de terras praticamente todos os anos. Eles, também, atribuem esse fato à criação do Fundo de Crédito Rotativo, que tem ajudado os agricultores com poucos recursos a comprarem terra. A partir da criação do Fundo, em 1998, houve um aumento significativo do número de hectares e famílias que compraram terra.

CONCLUSÃO

A Conquista de Terras em Conjunto mobilizou, inicialmente, redes de relações preexistentes, como as relações de parentesco entre irmãos, cunhados e primos. Entretanto, em um segundo momento, mesmo que em menor escala, o grupo foi capaz de estabelecer laços para além do convívio familiar, ampliando o círculo da rede. Primeiramente, com os companheiros que participavam das reuniões das CEBs. Na primeira compra coletiva, em 1989, dois dos participantes eram parentes dos irmãos Lopes, enquanto os outros dois eram conhecidos das reuniões das CEBs e moravam, na época, em outro município. Em um segundo momento, o grupo foi capaz de estabelecer laços com

aliados externos, como o CTA-ZM, que articulou a conquista com ações no campo da agroecologia e estabeleceu contatos com a Fundação Ford, que financiou o Fundo de Crédito Rotativo. Devemos ressaltar que, com o passar dos anos, com a realização de novas compras de terras, novas famílias foram incorporadas à rede, diversificando o grupo da conquista.

No caso em estudo, as CEBs, o Sindicato, o Fundo de Crédito Rotativo, a Cooperativa de Crédito e as demais iniciativas organizativas e os laços com outras instituições representam uma forte interação horizontal entre todos os envolvidos na conquista de terras, que permitem que as informações a respeito das instituições e das pessoas fluam entre os participantes. A sua criação teve como ponto de partida inicial os laços familiares que foram sendo expandidos a partir do envolvimento com as Comunidades Eclesiais de Base, que despertou no grupo a vontade de partir para a ação com a retradução dos preceitos bíblicos. O envolvimento com as CEBs possibilitou ao grupo gerar novas formas de organizações associativas e, segundo os mais velhos, mesmo não participando tanto dos grupos de reflexão, a “ação do Evangelho” continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ivan Antônio de. *A síntese de uma tragédia: movimento, fé e política*. Ouro Preto: Editora Ufop, 2000.
- BETTO, frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BLASENHEIM, Peter. *A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil (1870-1906)*. 1982. PhD Thesis – Stanford University, Stanford.
- CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. *“Conquista Conjunta de Terras”: organização social e planejamento no meio rural: uma iniciativa dos trabalhadores rurais de Araponga (MG)*. 2004. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu) em Planejamento Municipal –

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “*Conquista de Terras em Conjunto*”: redes sociais e confiança – A experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga (MG). 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de; FERRARI, Eugênio Alvarenga. A Conquista de Terras em Conjunto: autonomia, qualidade de vida e agroecologia. *Revista Agriculturas*, v. 5, p. 8-12, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*, 7ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CONQUISTA DE TERRAS, UM CAMINHO ORIGINAL E EFICIENTE. *Revista CTA-ZM 15 anos*, Viçosa, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, jul. 2002.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, 2006.

GEERTZ, Clifford. The Rotating Credit Association: a “middle rung” in development. *Economic Development and Cultural Change*, 10, p. 241-263, 1962.

HOUTZAGER, Peter P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004.

IBGE. *Dados do município de Araponga*, 1996. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 4/8/2005.

MEDEIROS, Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAIVA, José Maria. Comunidades Eclesiais de Base. In: POMPERMAYER, J. M. (Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1987, p. 141-168.

SMETS, Peer. Roscas as a source of housing finance for the urban poor: an analysis of self-help practices from Hyderabad, India. *Community Development Journal*, v. 35, n. 1, p. 16-30, jan. 2000.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. As várias faces da Igreja católica. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 18, n. 52, 2004.

ANA PAULA TEIXEIRA DE CAMPOS — Mestre em Extensão Rural (UFV) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, bolsista Capes, <aptcampos@gmail.com>.

FÁBIO FARIA MENDES – Doutor em Ciência Política (IUPERJ) e professor do Departamento de História da UFV, <fmendes@ufv.br>.